

Índice geral

TÍTULO I INTRODUÇÃO

Capítulo I – Breve histórico do trabalho humano	3
I – O começo desta história	3
II – Escravidão.	4
III – Locação de trabalho livre.	5
IV – Servidão	6
V – A mita espanhola	7
VI – Corporações de ofício	8
VII – Renascença	9
VIII – Manufaturas monopolistas	10
IX – Da Revolução Industrial à era da informática	11
Capítulo II – Formação histórica e ideológica do Direito do Trabalho	13
I – A Revolução Francesa e a exploração do trabalhador.	13
II – O pioneirismo de OWEN e a organização sindical	15
III – A conquista das primeiras leis de proteção ao trabalho	17
IV – Do manifesto de MARX-ENGELS à legalização do sindicato	18
V – BISMARCK, os seguros sociais e a internacionalização das leis social-trabalhistas	20
VI – LEÃO XIII, a doutrina social da Igreja e a multiplicação das leis social-trabalhistas	22
VII – Ação de intelectuais e de sindicatos em prol do Direito do Trabalho.	24
VIII – Tratado de Versailles: a consagração do Direito do Trabalho e a criação da OIT	25
IX – Caráter intervencionista do Direito do Trabalho.	27

Capítulo III – Evolução do Direito do Trabalho no Brasil	31
I – Da Independência à República (1822-1889)	31
II – A primeira República (1889-1930)	33
III – O Governo Provisório da Revolução de 1930	35
IV – O período da Constituição de 1934	38
V – O período da Carta de 1937 e a CLT	39
VI – O período da Constituição de 1946	44
VII – O período da Constituição de 1967	46
VIII – A Constituição de 1988	48
Capítulo IV – Reflexos da globalização da economia nas relações de trabalho	51
I – Globalização da economia	51
II – Desregulamentação ou flexibilização do Direito do Trabalho.	54
Capítulo V – Direito Internacional do Trabalho	59
I – Considerações preliminares	59
II – Finalidade e objeto	60
III – A Declaração Universal dos Direitos do Homem e os direitos sociais tratados pela ONU	61
IV – Organização Internacional do Trabalho (OIT)	63
A – Natureza jurídica, competência e membros	63
B – Órgãos: composição e atribuições. Tripartismo.	65
C – Atividade normativa: convenções e recomendações	68
D – Integração das normas internacionais no direito nacional. Efeitos da ratificação.	71
E – Controle da aplicação das normas	73

TÍTULO II

TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I – Conceito e objeto do Direito do Trabalho	79
Capítulo II – Terminologia	85
Capítulo III – Autonomia e relações do Direito do Trabalho	89
I – Considerações gerais	89
II – Autonomia científica	90
III – Principais relações do Direito do Trabalho	92
A – Interdependência científica	92
B – Economia	92
C – Direito Constitucional	93
D – Direito Civil	94
E – Direito Comercial	95
F – Direito Penal	96

C – Direito Processual Civil	96
H – Direito Administrativo	97
I – Direito Internacional	97
J – Previdência Social	98
Capítulo IV – Natureza Jurídica do Direito do Trabalho	101
I – Direito público e direito privado	101
II – Direito Social	103
III – Natureza mista com unidade conceitual	104
IV – Classificação das normas do sistema brasileiro	106
Capítulo V – Princípios do Direito do Trabalho	109
I – Conceituação de princípio	109
II – Princípios constitucionais gerais	112
III – Princípios constitucionais alusivos ao Direito do Trabalho	114
IV – Princípios deduzidos dos sistemas legais	116
V – O princípio protetor e seus corolários	116
VI – Considerações finais	120
Capítulo VI – Fontes do Direito do Trabalho	123
I – Considerações gerais	123
II – Constituição	124
III – Normas internacionais	125
IV – Leis	126
V – Regulamentos e portarias	128
VI – Sentenças normativas	129
VII – Convenções coletivas de trabalho	130
VIII – Regulamento de empresa	132
IX – Costume e fontes subsidiárias	132
X – Hierarquia das fontes formais de direito	135
Capítulo VII – Interpretação e Aplicação da Norma Trabalhista	139
I – Métodos de interpretação	139
II – Normas gerais, especiais e excepcionais	141
III – O art. 5º da LICCB e o art. 8º da CLT	141
IV – Abuso de direito e fraude à lei	144
Capítulo VIII – Relações de trabalho	149
I – Emenda Constitucional nº 45	149
II – Da relação de trabalho	150
III – Algumas modalidades de relação do trabalho	151
IV – Legislação aplicável	155
V – Princípios pertinentes	156
VI – Trabalhadores autônomos	157
VII – Relação de trabalho e relação de consumo	158

TÍTULO III INCIDÊNCIA DO DIREITO DO TRABALHO

Capítulo I – Reflexos do Código Civil nas relações de trabalho . . .	163
Capítulo II – Pessoas e categorias sujeitas às leis trabalhistas. . .	169
I – Tendência e estatística	169
II – Disposições constitucionais	170
III – Empregado e trabalhador autônomo	171
IV – Trabalhador avulso	174
V – Empregado doméstico	176
VI – Servidor público civil e militares.	179
VII – Trabalhador rural	181
VIII – Cooperativas de trabalho	183
IX – Religiosos	186
X – Microempresa e empresa de pequeno porte.	187
Capítulo III – Conflito de leis no tempo	189
Capítulo IV – Conflito de leis no espaço.	193
I – Direito uniforme e conflito de leis.	193
II – Normas internacionais sobre o conflito de leis do trabalho.	195
III – Direito brasileiro	198
A – Considerações gerais.	198
B – Capacidade das partes, modalidade e forma do contrato de trabalho	199
C – Execução e cessação do contrato de trabalho	200
D – Situações especiais: técnicos estrangeiros, serviços de engenharia no exterior e empresa binacional ITAIPU	203
E – Jurisdição competente	205
F – Imunidade de jurisdição	206

TÍTULO IV CONTRATO DE TRABALHO

Capítulo I – O empregador como sujeito do contrato de trabalho . . .	211
I – Conceito de empregador	211
II – Empresa e estabelecimento	215
III – Grupo empregador	216
IV – Consórcio	222
V – Sucessão de empresas.	224
VI – Terceirização e trabalho temporário	227
VII – Regulamento de empresa.	231
Capítulo II – Contrato de trabalho e empregado	235
I – Conceituação do contrato de trabalho	235

II – Subordinação jurídica do empregado	237
III – Serviços eventuais	239
IV – Trabalho manual, técnico ou intelectual	240
V – Cargos de confiança	242
VI – Sócio e empregado	243
Capítulo III – Natureza jurídica e contratos afins.	245
I – Teorias explicativas da relação de emprego	245
II – Características do contrato de trabalho	249
III – Distinção entre o contrato de trabalho e contratos afins	250
Capítulo IV – Validade do contrato e efeito das nulidades.	255
I – Pressupostos da validade contratual.	255
II – Efeito das nulidades nas relações de trabalho	256
III – Capacidade e objeto	257
IV – Forma	260
Capítulo V – Duração do contrato	263
I – Contrato por prazo indeterminado	263
II – Contrato por prazo determinado	264
III – Contrato provisório especial	265
IV – Tempo de serviço	268
Capítulo VI – Contratos especiais.	271
I – Considerações preliminares	271
II – Contrato de experiência	272
III – Contrato de equipe	272
IV – Contrato de aprendizagem	274
A – Considerações gerais.	274
B – Legislação brasileira	275
Capítulo VII – Direitos e obrigações dos contratantes	277
I – Empregador	277
A – Poder de Comando.	277
B – Multa	279
C – Obrigações	279
II – Empregado	280
III – Inventos e modelos de utilidade	280
Capítulo VIII – Prova	283
I – Carteira de trabalho e previdência social	283
II – Salário.	284
III – Ônus da prova	285

Capítulo IX – Renúncia e transação	287
I – Distinções necessárias	287
II – Limites da inderrogabilidade de direitos	288
III – Momentos da renúncia	289
IV – Transação	291
V – Recibos de quitação	292
Capítulo X – Suspensão do contrato de trabalho	297
I – Considerações preliminares	297
II – Efeitos jurídicos	298
III – Serviço militar e encargo público civil	299
IV – Mandato sindical	301
V – Suspensão disciplinar	302
VI – Greve	304
VII – Benefícios previdenciários	306
VIII – Suspensão bilateral do contrato de trabalho	313
Capítulo XI – Interrupção remunerada da prestação de serviços	315
I – Efeitos jurídicos	315
II – Natureza jurídica da remuneração	316
III – Ausências legais	318
IV – Doença até quinze dias	320
V – Repouso remunerados: descanso semanal e em feriados, férias anuais e licença à gestante	322
VI – Convocação militar de reservista	323
VII – Paralisação da empresa, voluntária ou involuntária	324
Capítulo XII – Alteração do contrato de trabalho	329
I – Modalidades	329
II – Alterações permitidas por lei	330
III – Exegese do art. 468 da CLT	331
IV – <i>Jus variandi</i>	334
V – Transferência do local de trabalho	337
A – Considerações preliminares	337
B – Mudança de domicílio	337
C – Cargo de confiança	338
D – Necessidade de serviço	338
E – Extinção do estabelecimento	339
F – Despesas da transferência	341
Capítulo XIII – Terminação do contrato de trabalho	343
I – Nomenclatura	343
II – Configuração da despedida	345

III – Justas causas para a rescisão do contrato de trabalho	346
A – Conceito	346
B – Natureza do elenco dos atos faltosos	346
C – Atualidade e perdão tácito	347
D – Proporcionalidade e dupla punição	348
IV – Análise das justas causas para a despedida	348
A – Considerações gerais	348
B – Improbidade	349
C – Incontinência de conduta ou mau procedimento	350
D – Negociação concorrente	351
E – Condenação criminal	351
F – Desídia	352
G – Embriaguez	353
H – Violação de segredo da empresa	354
I – Indisciplina e insubordinação	354
J – Abandono de emprego	355
K – Ofensas físicas ou morais	356
L – Jogos de azar	356
M – Outras faltas	357
V – Despedida indireta	358
VI – Outros casos de terminação do contrato de trabalho	360
A – Obrigações legais incompatíveis com o emprego	360
B – Morte do empregador	361
C – Aposentadoria do empregado	361
D – Força maior e <i>factum principis</i>	361
E – Falência e concurso de credores	362
VII – Culpa recíproca	363
VIII – Aviso prévio	364
IX – Seguro-desemprego	366
Capítulo XIV – FGTS e Indenizações	369
I – A Constituição de 1988 e a Convenção OIT-158	369
II – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	370
A – Formação e gestão	370
B – Movimentação	372
C – Fiscalização e ação judicial	373
III – Indenização compensatória	373
IV – Dano moral	375
A – Repúdio internacional e nacional	375
B – Dano moral na relação de emprego	377
Capítulo XV – Estabilidade no emprego	383
I – Da estabilidade absoluta à ampliação do direito de despedir	
A – Convenção OIT-158	383

II – Antecedentes legislativos no Brasil	387
III – A Constituição de 1988 e o fim da estabilidade decenal	388
IV – Natureza jurídica	390
V – Fontes geradoras da estabilidade	391
A – Constituição, leis, contratos e precedentes normativos	391
B – Dirigentes sindicais	395
C – Empregada gestante	400
D – Membros da CIPA	401
VI – Cargos e situações que não geram a estabilidade	402
A – Cargos de confiança	402
B – Comissão, substituição, interinidade e contrato a prazo	403
VII – Extinção da estabilidade	404
A – Falta grave	404
B – Extinção da empresa, estabelecimento ou setor	406
C – Renúncia	407
VIII – Reintegração do empregado	408

TÍTULO V NORMAS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

Capítulo I – Salário	413
I – Fundamentos e objetivos	413
II – Regulamentação internacional	415
III – Política salarial brasileira	418
IV – Considerações gerais	421
A – Elementos componentes do salário	421
B – Salário básico e sobressalário	422
C – Trabalho gratuito	423
D – Salário aleatório	424
V – Salário utilidade	424
A – Caracterização	424
B – Alimentação	424
C – Habitação	425
D – Transporte	427
E – Vestuário	429
F – Valor pecuniário	429
VI – Salário mínimo	430
VII – Piso salarial e salário profissional	432
VIII – Comissão	433
IX – Gratificação e prêmios	435
A – Gratificação ajustada	435
B – Gratificação natalina (13º salário)	437
C – Prêmio	439
X – Diárias e ajudas de custo	440
XI – Gorjetas	441

XII – Salário-família	442
XIII – Isonomia salarial	445
A – Direito internacional	445
B – Direito brasileiro	446
XIV – Proteção ao salário	449
A – Inalterabilidade e irredutibilidade	449
B – Integralidade	450
C – Intangibilidade	452
D – Condições do pagamento	453
E – Inadimplemento e mora contumaz	453
Capítulo II – Participação nos lucros	455
I – De Napoleão a João Paulo II	455
II – A Constituição brasileira e a natureza jurídica da participação	456
III – Regulamentação da norma constitucional	458
Capítulo III – Duração do trabalho	463
I – Fundamentos e universalização da limitação de tempo de trabalho	463
II – Duração do trabalho no Brasil	465
A – Histórico	465
B – Duração e horário de trabalho	465
C – A Carta Magna e a CLT	465
D – Compensação de jornadas (Banco de horas)	467
E – Trabalho a tempo parcial	468
F – Turnos de revezamento	469
G – Sobreaviso e BIP	470
H – Horas <i>in itinere</i>	471
I – Horário de trabalho e intervalos compulsórios	473
J – Fixação e alteração da jornada de trabalho	473
K – Fixação, controle e alteração do horário de trabalho	475
L – Trabalho noturno	476
M – Trabalho extraordinário	477
Capítulo IV – Repouso semanal em feriados	483
I – Fundamentos e objetivos	483
II – Repouso semanal	484
A – Campo de aplicação	484
B – Duração e dia do repouso	484
III – Feriados civis e religiosos	486
IV – Autorizações para o trabalho em dias de repouso	487
V – Remuneração dos dias de repouso	488
Capítulo V – Férias remuneradas	493
I – Fundamentos e objetivo	493
II – Antecedentes históricos e universalização	494

III – Direito positivo nacional	495
A – Campo de aplicação	495
B – Período aquisitivo	495
C – Período de gozo	497
D – Férias coletivas	500
E – Remuneração	500
F – Efeitos da terminação do emprego	502
Capítulo VI – Segurança e medicina do trabalho	503
I – Universalização da proteção ao ambiente de trabalho	503
II – Direito positivo nacional	505
A – Preceitos constitucionais	505
B – Legislação infraconstitucional	505
C – Insalubridade e periculosidade: conceitos e adicionais	507
D – Prevenção dos infortúnios do trabalho	510
Capítulo VII – Trabalho da mulher	513
I – Internacionalização da proteção ao trabalho feminino	513
II – Preceitos constitucionais brasileiros	517
III – Legislação ordinária	518
Capítulo VIII – Trabalho do menor	523
I – Internacionalização da proteção ao trabalho do menor	523
A – Considerações preliminares	523
B – Primeiras normas internacionais	524
C – Ação normativa e prática da OIT	526
D – Situação no Brasil	529
II – Direito positivo nacional	529
A – Normas constitucionais	529
B – Conceito de menor trabalhador	531
C – Proibições	531
D – Duração do trabalho	533
E – Aprendizagem	534
F – Disposições diversas	536

TÍTULO VI DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

Capítulo I – Organização sindical	539
I – Resumo histórico do direito sindical	539
II – Convenções da OIT	542
III – Sistemas e métodos de atuação sindical	546
IV – Organizações sindicais internacionais	549
V – A organização sindical no Brasil	550
A – Histórico	550

B – Liberdade sindical	550
C – Unidade e pluralidade sindical	552
D – Sindicalização por categoria econômica e categoria profissional	554
E – Criação de sindicato	557
F – Administração do sindicato	560
G – Concentração e desmembramento de categorias	561
H – Filiação ao sindicato	562
I – Entidades de grau superior	563
J – Centrais sindicais	565
K – Autonomia sindical	569
L – Registro sindical	572
M – Representação e substituição processual	578
N – Contribuições sindicais	582
Capítulo II – Interação empregado-empresa	589
I – Histórico	589
II – Sistemas	590
III – Considerações gerais	593
IV – A interação no Brasil	595
Capítulo III – Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho	599
I – Histórico	599
II – Condições de êxito da negociação coletiva	600
III – Normas internacionais	602
IV – Sistema legal brasileiro	603
A – A Constituição e a flexibilização de direitos	603
B – Modalidades, sujeitos e objeto da contratação coletiva	606
C – Natureza jurídica	609
D – Incidência e eficácia jurídica	611
Capítulo IV – Direito de greve	613
I – Histórico e reconhecimento do direito de greve	613
II – Conceito de direito de greve	618
III – Direito positivo brasileiro	619
A – Campo de aplicação	619
B – Definição e sujeito ativo	622
C – Objeto e greves impróprias	623
D – Oportunidade e procedimento	625
E – Serviços essenciais	627
F – Suspensão do contrato de trabalho	630
G – Abusos e responsabilidades	631
Índice Onomástico	637
Índice Alfabético Remissivo	641